

A comunicação estratégica e a propaganda como multiplicadores do poder de combate nos conflitos contemporâneos da década de 2010: lições aprendidas para a doutrina militar

Ricardo Alves Pereira*

Introdução

O ambiente operacional contemporâneo tornou-se mais congestionado e difuso, uma vez que as operações militares têm sido desenvolvidas geralmente em áreas humanizadas. Assim, entram em cena outros componentes decisivos para o combate, a exemplo da constante presença da população civil e da opinião pública.

A velocidade e a amplitude das mídias sociais, bem como a presença constante dos órgãos de comunicação social e a valorização de questões humanitárias e de meio ambiente pelas sociedades, têm sido argumentos presentes em conflitos bélicos recentes. Atualmente, as operações militares observam uma série de condicionantes, como a necessidade de ausência de prejuízos à população civil envolvida e menores “danos colaterais” possíveis, infligidos à tropa e não combatentes.

Além disso, a configuração internacional, caracterizada pelas assimetrias de poder, gera tensões e instabilidades que contribuem para o fortalecimento de grupos insurgentes e de organizações criminosas ou terroristas que tendem a incrementar a guerra irregular. Embora a ocorrência de conflitos generalizados entre Estados tenha se reduzido, renovam-se aqueles de caráter religioso e étnico, exacerbam-se os nacionalismos e fragmentam-se os Estados (BRASIL, 2012), cenário propício para o desenvolvimento das chamadas “guerras híbridas”¹.

A variedade de condicionantes aqui mencionadas nos remete a combates recentes, como os conflitos no Afeganistão, na Síria e na Ucrânia, ocorridos neste século e recheados de atores “*far e near abroad*” combatendo “por procuração”².

Dessa forma, observa-se que tais condicionantes presentes nos conflitos contemporâneos requerem que as forças militares desenvolvam ações com acurada precisão e disponham de capacidades específicas, dotadas de meios com alta tecnologia agregada e que, quando combinadas com argumentos presentes no campo informacional, permitam uma rápida e precisa avaliação para a correta tomada de decisão. Para isso, é necessário que as autoridades decisoras e planejadores estratégicos obtenham, em suas componentes militares, a superioridade de informação³, para serem capazes de influenciar, interromper ou afetar a capacidade do adversário de tomar e compartilhar as suas decisões.

A mensagem enviada pelas ações militares potencialmente letais tem impacto imensurável na percepção das pessoas e das sociedades e, por isso, requer a perfeita coordenação e integração com uma narrativa unificada em todos os níveis de planejamento, por meio de *comunicação estratégica*⁴ e *propaganda*⁵ coerentes com os objetivos políticos e estratégicos dos contendores. Torna-se, então, imperioso que a informação seja consistente, complementar e coordenada, visando atingir todos os públicos propostos.

* Cel Art (AMAN/1995, EsAO/2003, ECEME/2012). Atualmente, é aluno do CPEAEx.

O presente artigo utilizará, como estudo de caso, três conflitos contemporâneos, delimitados no tempo, a partir da década de 2010. Para fins de delimitação geográfica e histórica, foram selecionados para o referido estudo os conflitos do Afeganistão, com ênfase nas ações ocorridas nos combates contra os terroristas islâmicos, por parte da *International Security Assistance Force* (ISAF), de 2010 a 2014; da Síria, a partir de 2011; e da Ucrânia, este último, compreendendo ações desde 2013.

Diante do exposto, abordaremos, nos três casos de conflitos contemporâneos, a presença da *comunicação estratégica*, ações de *propaganda* implementadas pelos contendores e como essas variáveis exercem influência no poder de combate das forças envolvidas, bem como levantaremos, nesse contexto, as lições aprendidas para a doutrina militar no Brasil.

O panorama histórico e geopolítico dos conflitos

O conflito do Afeganistão – Operação *Enduring Freedom*

Na virada do século XX para o século XXI, em virtude dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, apresentou-se, para todo o mundo, a organização terrorista fundamentalista islâmica, com alcance global, que mudou os rumos da história e se tornou o embrião da maioria dos grupos muçulmanos extremistas da atualidade: a Al-Qaeda, liderada por Osama Bin Laden. Essa organização empreendeu uma guerra contra o suposto inimigo dos muçulmanos, as potências ocidentais, em especial os EUA, e desencadeou uma série de atentados, empregando diferentes células terroristas.

Em 11 de setembro de 2001, ocorreu o maior ataque terrorista da História e a maior agressão estrangeira sofrida pelos EUA em seu território. Neste dia, a Al-Qaeda sequestrou 4 aviões comerciais norte-americanos e lançou dois deles contra cada uma das torres gêmeas do *World Trade Center*, em Nova York, causando o colapso dos prédios. Os outros dois aviões foram dirigidos para Washington D.C., sendo que um deles atingiu o prédio da Secretaria de Defesa dos EUA, o Pentágono, e outro caiu antes de atingir a cidade. O saldo total de mortos dos atentados foi de 2.996 pessoas (incluindo os 19 terroristas) e 6.291 feridos. (NOVAIS, 2012, p. 71)

Em resposta à ousadia desse atentado, os EUA decidiram atacar a Al-Qaeda e seus apoiadores do Talibã no Afeganistão. O presidente norte-americano George W. Bush deu início, assim, à chamada “Guerra ao Terror”, que marcaria a política externa e as forças militares dos EUA por toda a década passada e a atual. Coube ao Comando Central dos EUA (*CENTCOM*, sigla em inglês), o planejamento da ação contra a Al-Qaeda e o Talibã no Afeganistão, denominada Operação *Enduring Freedom*.

A situação de vítima do maior atentado terrorista da história deu legitimidade aos EUA para dar uma resposta dura no Afeganistão. Em vista disso, os EUA conseguiram formar uma coalizão com as forças locais contrárias ao regime do Talibã (a chamada Aliança do Norte), além de realizar uma série de negociações com países vizinhos que permitissem a entrada de tropas norte-americanas.

Assim, as ações militares se iniciaram em 7 de outubro de 2001, com massivos ataques aéreos a alvos da Al-Qaeda no Afeganistão. Houve intenso apoio das forças norte-americanas às milícias afegãs, que empreenderam verdadeira caçada às forças do Talibã e da Al-Qaeda (CONDÉ, 2017).

Apesar da intensa perseguição das forças americanas aos refúgios no coração das montanhas do leste do Afeganistão, Osama bin Laden e grande parte dos líderes talibãs e da Al-Qaeda conseguiriam escapar das tropas. Obrigados a fugir do Afeganistão, os talibãs encontravam refúgio nas zonas tribais do Paquistão (PEREIRA, 2011).

Em 2002, foi criada a *United Nations Assistance Mission in Afghanistan* (UNAMA), e a comunidade internacional passou a se envolver em grande esforço de assistência humanitária e de reconstrução e desenvolvimento do Afeganistão. Ao mesmo tempo, uma resolução das Nações Unidas autorizava a criação da *International Security Assistance Force* (ISAF), força internacional de segurança que passaria, em 2003, para o comando da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (PEREIRA, 2011).

Assim, a ISAF estenderia progressivamente suas responsabilidades da área de Cabul às províncias do

norte e do oeste do país e, depois, para a maior parte do território afegão. A partir de então, a ISAF passou a fortalecer a narrativa unificada, por parte da OTAN e, particularmente dos EUA, para alcançar os objetivos políticos e estratégicos do conflito.

Para Rodríguez (2013), o novo centro de gravidade no teatro de operações passaria, mais do que nunca, para o território das percepções. Se, antes, as campanhas militares se apoiavam fortemente nas operações de informação, agora as campanhas de comunicação estratégica acompanham as operações militares.

A partir desse ponto, os futuros esforços da coalizão seriam resolvidos, acima de tudo, observando o conceito do amplo espectro do conflito, aliando combates pontuais à insurgência e às ações de estabilização, a exemplo dos projetos de reconstrução do Afeganistão.

Para Wright (2010), nesse momento, a missão de combate à insurgência visava dois objetivos. O primeiro era retirar o controle talibã das aldeias, vilas e até de cidades, devolvendo seu controle a autoridades afegãs; e o segundo era dar segurança aos projetos de reconstrução, expulsando os talibãs, para que os trabalhos pudessem ser feitos e os canteiros de obras protegidos.

Um exemplo de combate para apoiar tarefas de reconstrução foi a Operação Mountain Fury, que ocorreu nas províncias de Paktika, Khost, Ghazni, Paktia e Logar, também no sul e sudeste do país. Essa operação, que ocorreu de 16 de setembro de 2006 a 15 de janeiro de 2007, visou limpar a área da presença talibã para permitir obras de infraestrutura e a construção de prédios públicos, como escolas, postos de saúde, fóruns etc., trazendo a autoridade do governo para junto da população. (NOVAIS 2012, p. 90)

No entanto, os EUA já planejavam um cronograma de saída das tropas do país, o que acelerou o processo de independência do governo afegão em relação a decisões e conselhos norte-americanos. Talvez um dos eventos mais significativos para essa motivação tenha sido a morte de Osama Bin Laden, em maio de 2011, no Paquistão, encerrando uma caçada de quase 10 anos e que caracterizava, apesar de todos os óbices, uma separação lenta e gradual do Talibã da Al-Qaeda (CONDÉ, 2017).

O conflito no Afeganistão se iniciou, a bem da verdade, como fruto de um fato histórico que ganhou enorme força após a sua execução, gerando medo e efeitos midiáticos e na propaganda. O 11 de Setembro “explodiu o mundo”. Segundo Pires (2016), esse fato foi marcante porque se dirigiu contra a maior potência militar do planeta e constituiu um enorme atentado midiático, acompanhado pelo mundo inteiro, pois milhões de imagens se multiplicaram exponencialmente e, em seguida, foram analisadas e reproduzidas de inúmeras formas pelos órgãos de comunicação social mundiais.

Por outro lado, essa enorme propaganda, que mostrava a vulnerabilidade da blindagem da maior potência mundial, serviu de forte motivação para o fortalecimento do nacionalismo da população norte-americana. De acordo com a *Trindade Paradoxal* de Clausewitz, para a consecução da vitória na guerra, são necessários o Governo, as Forças Armadas e a vontade do povo. Assim, a propaganda proporcionou aos EUA a motivação deste último elemento para empreender uma guerra contra o terrorismo.

O conflito da Síria: uma guerra de interesses

Para Saraiva e col. (2017), desde 2012, a Síria está envolvida em uma guerra civil que causou a perda de vidas de mais de 250 mil pessoas. Esse conflito se originou a partir da forte contestação popular iniciada em 2011, conhecida como a “Primavera Árabe”⁶, contra a qual as forças do presidente Bashar Al-Assad responderam com enorme violência.

Apesar de ter se iniciado como uma revolta da população contra o poder ditatorial, a corrupção, os abusos e a falta de liberdade, tal como na Líbia, Egito e Tunísia, logo se tornou uma revolta sectária⁷, porque o descontentamento era sentido, sobretudo, pela maioria sunita do povo. Ela se sentia discriminada pela minoria xiita alauíta, a que pertence Bashar Al-Assad, e que controlava o exército, os serviços, a segurança e a economia (VIEIRA e RODRIGUES, 2014).

Cabe aqui ressaltar que a divisão social da Síria é uma das causas da guerra civil, na medida em que os

xiitas alauítas constituem apenas 9% do povo sírio, mas governam o país há 50 anos, e as grandes cidades do interior são contra os alauítas, que são a base do exército (QUINTELLA, 2017).

Vieira e Rodrigues (2014) estabelecem que as “forças não estatais no terreno” contrárias ao regime de Assad eram compostas pelos grupos rebeldes (conselhos, coligações, comitês locais e, em especial, o Exército da Síria Livre, formado por milícias revolucionárias e militares rebeldes desertores do Exército Nacional da Síria, totalizando cerca de 10.000 homens).

Outros atores não estatais presentes no terreno, contrários a Assad, que merecem destaque são os grupos jihadistas que arregimentam a Frente Al-Nusra e o ISIS (Estado Islâmico do Iraque e da Síria). A primeira, constituída em 2013, tornou-se uma espécie de “franquia” da Al-Qaeda, paradoxalmente considerada como terrorista pelos EUA e União Europeia (UE), mas que, indiretamente, recebeu auxílio do Ocidente, pois as armas fornecidas aos rebeldes sírios caíram em suas mãos. O segundo formou-se logo após a invasão dos EUA no Iraque em 2003, que derrubou o regime do presidente iraquiano Saddam Hussein, em 2004.

O Estado Islâmico surgiu a partir de insurgentes sunitas, incluindo alguns ligados à Al-Qaeda, mas também a outros movimentos jihadistas. Seu objetivo era instaurar um califado⁸ islâmico, aproveitando o caos instalado no Iraque à época, e conseguiu controlar a região que faz fronteira com a Síria. Quando se iniciou a revolta na Síria, o Estado Islâmico se aproveitou dessa guerra sectária entre rebeldes sunitas e o poder xiita, para se associar aos rebeldes, que, no início, aceitaram de bom grado essa ajuda, visto que possuíam poucas armas e meios para combater. De repente, aquele grupo terrorista se transformou na força mais poderosa de combate na Síria e passou a dominar as cidades de Ar-Raqa, Idlib e Aleppo (VIEIRA e RODRIGUES, 2014).

Desde o início, essa revolta sectária teve o apoio de potências regionais. Do lado dos rebeldes, estavam os países sunitas, como o Catar, a Arábia Saudita e a Turquia; do lado do regime de Assad, permaneceram os países xiitas, como o Irã e o Líbano. Atrás dos primeiros, vieram depois os EUA e a UE; e dos segundos, a Rússia e a China (VIEIRA e RODRIGUES, 2014).

Verifica-se, dessa maneira, que a Síria detém valor estratégico em nível regional, movimentando o diagrama de relações em nível global. A revolta contra o regime de Bashar Al-Assad constitui duro golpe às pretensões de governos xiitas em controlar o Oriente Médio e representa uma contribuição decisiva para alterar o atual panorama geoestratégico do mundo árabe.

Para Saraiva e col. (2017), a Rússia possui muitos interesses nessas disputas e tem apostado na intervenção no conflito da Síria, como caminho para o atingimento desses objetivos. A Rússia trava uma aguerrida competição com os EUA, na tentativa de diminuir a influência global americana, busca enfraquecer a UE e dissuadir a OTAN e, ao mesmo tempo, expandir a influência e a liberdade de ação russa em âmbito regional e global.

Mais que uma luta contra o despotismo e pela liberdade, a guerra na Síria tornou-se um conflito de interesses, no qual vários atores externos tentam se beneficiar de um território estrategicamente inserido no Oriente Médio, possuidor de recursos naturais, com acesso ao Mediterrâneo e cujas diferenças étnicas e religiosas são apenas pretexto para disputar interesses políticos (VIEIRA e RODRIGUES, 2014).

Por todas essas razões, a guerra da Síria é também um conflito em que as grandes potências mundiais medem forças e influências, dentro de uma verdadeira “*proxy war*”, disputada, sobretudo, no duelo das narrativas e da propaganda no ambiente informacional.

O conflito da Ucrânia e a guerra híbrida

Em 2004, ocorreu na Ucrânia um movimento popular denominado “Revolução Laranja”, como resposta a processo eleitoral alegadamente fraudulento, despertando no povo a vontade clara de reverter a situação político-econômica tradicional do país (ABRUNHOSA, 2017). Esse movimento não obteve êxito, mas causou preocupações na Rússia, que percebia a possibilidade da fuga de um país da sua esfera de influência.

A Rússia criou, em 2011, a União Econômica Eurasiática (UEE)⁹, projeto de cooperação econômica e aduaneira a ser implantado no espaço pós-soviético, área de interesse vital para sua política externa (KOVER, 2015). Essa alternativa implicava um confronto com a

UE, que já vinha realizando com a Ucrânia tratativas de associação junto ao bloco europeu e à OTAN.

Duas propostas estavam em cima da mesa na tentativa de influenciar a decisão da Ucrânia: a da Rússia, com uma oferta de 13 bilhões de euros e a diminuição do preço do gás em 1/3, sem contrapartidas, para que integrasse a UEE; a da UE, com uma oferta de 619 milhões de euros, condicionantes às reformas que a Ucrânia deveria implementar na sequência do Acordo de Associação (AA), sem haver qualquer comprometimento de adesão. (FREIRE, 2008, *apud* ABRUNHOSA)

O governo da Ucrânia, por sua vez, decidiu não ratificar o acordo com a UE e aceitar a proposta russa, integrando a UEE. Cabe salientar que tal decisão foi acompanhada pela população ucraniana no interior da Praça da Liberdade (apelidada internacionalmente de *Euro-maidan*), na capital do país, Kiev, causando enorme descontentamento. Iniciavam-se, a partir de então, as manifestações populares que iriam causar grande impacto na história da Ucrânia e na totalidade do entorno regional.

Após três meses de violentas disputas nas ruas, em fevereiro de 2014, o governo da Ucrânia e a oposição chegariam a um acordo, intermediado pela UE, no intuito de resolver a crise política que havia causado inúmeras mortes entre os manifestantes, pela forte repressão de forças ucranianas.

Posteriormente, após o parlamento ucraniano aprovar o retorno normativo à constituição de 2004, com a perda de alguns poderes do cargo presidencial que haviam sido instituídos após as eleições de 2010, o presidente Viktor Yanukovich renunciou ao cargo e se refugiou na Rússia. Diante dessa situação, a oposição assumiu o controle político do país, marcando eleições para maio de 2014, emitindo o mandado de prisão do ex-presidente (KOVER, 2015).

Evidentemente, a UE, em conjunto com os EUA, reconheceu a legitimidade do governo transitório, ao passo que a Rússia recusou, acusando os rivais de ingerência nos assuntos internos da Ucrânia. Tal situação desencadeou manifestações pró-Rússia no leste e sul da Ucrânia (região de Luhansk e Donetsk) e, principalmente, na península da Crimeia¹⁰, cuja população é majoritariamente de origem russa.

Moscou reagiu aos eventos na sua vizinhança, por entender que se tratava de um esquema ocidental para promover reformas contrárias aos interesses russos e promover a aproximação da Ucrânia a instituições euroatlânticas. Visando reverter as dinâmicas em curso na Ucrânia e assegurar a manutenção do país na sua esfera de influência, a Rússia envolveu-se desde cedo nessa crise. Utilizou efetivamente o seu vasto leque de instrumentos econômicos e diplomáticos para atingir seus objetivos, e deu apoio, nos campos político e militar, aos movimentos separatistas no leste e sul da Ucrânia (DIAS, 2015).

Por fim, os separatistas tomaram o poder na Crimeia, incentivados pelas forças russas (embora Moscou tenha negado tal fato), enquanto o poder político local anunciava um controverso referendo, que levaria à anexação oficial dessa península à Rússia em março de 2014 (KOVER, 2015).

Esses conflitos no leste e no sul da Ucrânia acabaram por potencializar ainda mais as características da crise ucraniana. Se, desde a repressão às manifestações populares nas ruas de Kiev, os combates assumiam uma natureza híbrida, envolvendo simultaneamente forças de segurança estatais e irregulares, a partir de então, passou a ocorrer, também, uma guerra convencional de fato entre forças armadas regulares ucranianas e o exército russo. Ainda que Moscou negue, em sua narrativa, a presença de forças militares em solo ucraniano, informações recentes apontam para o fato de os rebeldes pró-russos disporem de armamento proveniente das Forças Armadas russas (DIAS, 2015).

Diante dos fatos, verifica-se que a Rússia desempenhou o papel de protagonista na crise ucraniana, revelando estratégias que buscavam proteger os interesses russos na região e enfraquecer o poder e a legitimidade do novo governo de Kiev. Assim, podemos destacar como interesses da Rússia: a necessidade do presidente russo Vladimir Putin de reforçar a sua popularidade doméstica; as ambições regionais russas que objetivam o fortalecimento de um bloco econômico euroasiático, cujo sucesso depende, em certa medida, da participação da Ucrânia; e a responsabilidade de proteger os russos no espaço étnico pós-soviético.

A comunicação estratégica e a propaganda nos conflitos

Afeganistão

Para Rodríguez (2013), a comunicação acompanha todo o ciclo de vida do conflito, desde a crescente tensão que é desencadeada em um contexto de paz estável, até a escalada fatal em que eclode a guerra, prossegue com o cessar-fogo e, posteriormente, com as ações que restabelecem a estabilidade. Assim ocorreu no Afeganistão, desde o seu início, passando pelas ações desencadeadas pela ISAF.

Segundo o general norte-americano Stanley McChrystal, comandante da ISAF, o conflito no Afeganistão consistiu em uma diversidade de insurgentes inter-relacionados, formando um sistema complexo com múltiplos atores, de modo que o conflito não se tornasse meramente uma campanha cinética baseada em operações de combate. Pelo contrário, houve um esforço contínuo para ajudar o governo afegão a ganhar o apoio da população e a combater a coerção e a intimidação dos insurgentes. A ISAF identificou cinco atores principais nesse conflito: a população (o mais importante), o governo afegão, a própria ISAF, a insurgência e os agentes externos (NATO, 2009).

O desenho operacional estabelecido pelo general McChrystal criou condicionantes para vencer a batalha das percepções no sentido de que a *comunicação estratégica* deveria proporcionar uma contribuição vital ao esforço conjunto e, mais especificamente, ao centro de gravidade das operações: o apoio à população afegã. O esforço principal dessa comunicação e das ações consistiu em manter e fortalecer a percepção positiva do povo afegão sobre as instituições do governo e o papel construtivo desempenhado pela ISAF e pela comunidade internacional.

Para a ISAF, a execução de uma comunicação estratégica bem projetada, consistente e habilmente implementada sobre esses atores aumentou a segurança da execução do processo de paz, estabeleceu relações de confiança entre as principais partes envolvidas no conflito (coalizão, governo afegão e população), apoiando a busca da reconciliação nacional. Estabeleceu a missão

como fonte confiável de informações e mitigou os efeitos negativos de mídias hostis e irresponsáveis veiculadas pelos insurgentes.

A Diretriz Geral de Comunicação Estratégica formalizada pela ISAF em fevereiro de 2011 evidenciou a importância dada pela OTAN na unificação de narrativas e ações presentes na estabilização do conflito:

- o apoio da OTAN ao Afeganistão continuaria após o término da missão atual mediante uma parceria duradoura. A ISAF trabalharia em estreita colaboração com as autoridades afegãs e internacionais, civis e militares, a fim de alcançar o ambiente de segurança e estabilidade no Afeganistão. Dessa forma, o povo afegão poderia confiar no apoio de longo prazo por parte de seus parceiros internacionais;

- a estratégia clara e sustentada da ISAF e seus parceiros permitiria uma transição irreversível da governança para as autoridades afegãs. Paulatinamente, o governo afegão deveria assumir a responsabilidade crescente por todas as áreas, incluindo a capacidade de resposta e prestação de contas ao público;

- os comandantes em todos os níveis deveriam comunicar o progresso da campanha da ISAF para manter as audiências (públicos-alvo) em pleno apoio à continuação da missão. O progresso deveria ser comunicado com credibilidade, fazendo uso adequado dos objetivos, prioridades e medidas de efeito definidos pelo comando da ISAF. Em particular, o progresso precisaria refletir o que ocorreu nos dez anos desde o 11 de setembro (NATO, 2011).

Observamos aqui as ideias-força da temática de *comunicação estratégica* e da *propaganda* que percorreram todos os níveis do teatro de operações e que atingiu as audiências necessárias: parceria com o governo do Afeganistão, transição progressiva e confiável do governo para as autoridades afegãs, progresso proativo das ações da ISAF desde o início do conflito, resiliência, confiança nas forças de coalizão e busca constante do apoio da população.

A *comunicação estratégica* foi complementada pelo chamado *comprehensive approach*, que consiste na participação de outras expressões do poder (não somente a militar) e de diversas organizações para integrar as

soluções de resposta à crise, dentro de um sistema de relações civis e militares (NATO, 2018).

Um exemplo que evidencia a efetividade do *comprehensive approach* no fortalecimento da *comunicação estratégica* e até mesmo da *propaganda* dos EUA e da OTAN foi a implementação das “equipes de reconstrução” das províncias afegãs (do inglês *Provincial Reconstruction Teams – PRTs*). Esse trabalho foi uma maneira de conciliar as operações de combate com os esforços de reconstrução das localidades afegãs, implementados por equipes civil-militares. Essa missão deixou como mensagem o fortalecimento da legitimidade do governo afegão, o aumento da sensação de segurança por parte da população e maior confiança nas ações das forças no terreno (RODRÍGUEZ, 2013).

Toda essa integração sistêmica aqui apresentada fez parte de uma linha de esforços que, por outro lado, também foi obrigada a desenvolver a capacidade de proteger a ISAF ante as ameaças do Talibã no ambiente informacional.

O Talibã, por seu lado, fez (e ainda faz) uso em larga escala da Internet e das mídias sociais, inclusive para a transmissão das ideias de propaganda. Para a população local, em grande parte rural e analfabeta, foram envidados grandes esforços para transmitir relatórios de pregação por meio de panfletos ou folhetos geralmente contendo ameaças, canções e poemas nacionalistas tradicionais, objetivando apoio e recrutamento (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2008).

Os objetivos psicológicos da insurgência foram transformados em peças de propaganda e consistiam principalmente em: expulsar as forças internacionais; separar o povo do governo afegão e obter o apoio da população, insuflando uma crise de confiança popular, fruto da fraqueza das instituições do governo afegão (funcionários corruptos); criar um sentimento generalizado de descontentamento político; explorar erros cometidos pela ISAF (mortes de civis por danos colaterais) e a situação econômica adversa vivida pelo povo afegão (o que acabou gerando novas incorporações para grupos insurgentes) (RODRÍGUEZ, 2013).

Os insurgentes enviam suas narrativas através de vários meios. Dezenas de milhares de vídeos e

DVDs foram produzidos pela Omat Productions e Manbaul-Jihad, o audiovisual talibã, e colocados em circulação por alguns poucos centavos em bazares no Paquistão e no Afeganistão. O produtor da Al-Qaeda, Al-Sahab, espalhou 89 mensagens em 2007, na proporção de uma a cada três dias, o dobro do emitido no ano anterior. Cada público recebe a propaganda apropriada através do meio mais apropriado, com base em uma estratégia de comunicação centralizada. O objetivo é transmitir a essas audiências que as forças estrangeiras “não podem com eles, que acabarão perdendo o controle e que acabarão saindo”. É sempre uma mensagem emocional, que busca despertar a frustração sofrida, as queixas, a xenofobia, as denúncias de corrupção, imoralidade e impotência das autoridades locais e ampliar vítimas civis. (ARTEAGA *et al.*, 2010. Tradução nossa)

Síria

O conflito na Síria apresentou inicialmente outros conceitos além da unificação de narrativas e da propaganda no contexto da *comunicação estratégica* dos atores envolvidos. Aqui nos deparamos com a concepção de *disinformation* e *misinformation* (desinformação e “meias verdades”).

Esses termos podem ser definidos como informação falsa ou enganosa, que é criada, apresentada e disseminada para ganho econômico ou para “desconstruir” intencionalmente uma ideia até então seguida pela audiência, podendo causar algum tipo de dano no contexto social (EUROPEAN COMMISSION, 2018).

Sob o aspecto informacional, o conflito na Síria não representou tão somente uma guerra em que dois lados se confrontam, pois se tratou de um evento complexo, com vários lados em disputa, cada um estabelecendo a sua convicção e dificultando as audiências na tentativa de obter a constatação de quem fala a verdade. Para Sousa Neto (2017), o conflito possui (e ainda possui) duas narrativas predominantes em oposição: de um lado, a narrativa do Ocidente e seus aliados, chamada de “narrativa da atrocidade”, e, do outro lado, a narrativa do governo sírio, a denominada “narrativa da libertação”.

De acordo com os partidários da “narrativa da atrocidade”, o Exército Sírio, apoiado por Rússia, Irã, milícias xiitas do Iraque e Hezbollah, cometeu graves crimes de guerra. A cidade de Aleppo foi duramente bombardeada por todos os tipos de fogos, particularmente aéreo e de artilharia, atingindo alvos que contrariam o que prescreve o Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA). Houve ataque a hospitais, bem como o emprego de munição incendiária e de armas químicas, atingindo também a população civil. Durante os combates, Aleppo sofreu um longo cerco e o regime de Assad utilizou-se de estratégias e táticas cruéis para atingir seus objetivos. As forças do regime sírio empregaram a “*kneel or starve strategy*”, estratégia que consistiu em impor ao inimigo a opção de curvar-se ou morrer de fome, impedindo o ressuprimento logístico por meio de uma operação de cerco (SOUSA NETO, 2017).

Como medida de desinformação, a Rússia e o regime de Assad se utilizaram da negação veemente de ações como essa, diante dos meios de comunicação. Segundo Czuperski *et al.* (2017), a resposta mais simples às alegações de baixas e mortes indiscriminadas de civis era negá-las. Durante todo o conflito e, em desafio das evidências, tanto a Síria quanto as autoridades do governo russo rejeitaram tais alegações completamente, conforme ilustrado em entrevista do presidente Bashar Al-Assad concedida ao jornal *BBC News*:

Repórter: Então você não está usando armas químicas?

Assad: Definitivamente, não.

Repórter: Mas você não negaria isso (armas químicas), incluído na categoria de bombas, que são armas indiscriminadas?

Assad: Não, não há armas indiscriminadas. Quando você atira, você aponta, e quando você aponta, você aponta para terroristas para proteger civis. Novamente, se você está falando de baixas, isso é guerra. Você não pode ter guerra sem baixas. (BBC NEWS, 2016. Tradução nossa)

Paralelamente à “campanha de negação”, a Síria e as autoridades russas tentavam confundir repetidamente seus interlocutores, apresentando civis como combatentes e refutaram a acusação de desobediência ao DICA:

Repórter: Podemos falar sobre a situação humanitária um pouco? Uma das táticas militares eficazes que o seu... o exército sírio usou é isolar áreas ocupadas por rebeldes e efetivamente matá-los de fome. Mas isso também teve o efeito de fazer civis passarem fome e que, novamente, é contra as leis da guerra: civis famintos.

Assad: Isso não está correto por um motivo. Na maioria das áreas que os rebeldes assumiram, os civis fugiram e vieram para nossas áreas, então, na maioria das áreas que cercamos e atacamos, estavam apenas militantes rebeldes. (BBC NEWS, 2016. Tradução nossa)

Por outro lado, conforme a mencionada “narrativa da libertação”, Assad e seus aliados combateram (e combatem) terroristas. Para eles, a coligação de grupos rebeldes sunitas, atuando em torno do Exército de Libertação da Síria, não é diferente dos jihadistas do DAESH ou ISIS e de outros grupos extremistas. De acordo com essa narrativa, a coligação de grupos sunitas é financiada pelos EUA, UE, Turquia, Arábia Saudita, Catar e Emirados Árabes Unidos. Foram esses países que, aproveitando a onda da Primavera Árabe, provocaram a Guerra Civil na Síria (SOUSA NETO, 2017).

Abordando agora a postura unicamente russa no conflito, segundo Spruds *et al.* (2016), a estratégia de guerra informacional, sob o ponto de vista da Rússia, é baseada em uma *comunicação estratégica defensiva de duplo objetivo*. Por um lado, o governo é “forçado” a combater ataques estrangeiros, por outro, o governo “necessita agir” para proteger seu espaço de informação da disseminação de ideias extremistas e terroristas. Essa abordagem justifica a postura da Rússia no cerceamento à liberdade de imprensa, mesmo no âmbito interno do país.

Verifica-se, assim, uma abordagem russa na Síria, descrita em termos quase inteiramente defensivos, retratando uma narrativa pela qual a Rússia utiliza seu espaço informacional para se defender do constante ataque da propaganda e dos *trolls*¹¹ ocidentais, principalmente por parte dos EUA.

Analisando a *comunicação estratégica* e a *propaganda* sob a ótica do Estado Islâmico, percebemos que os grupos terroristas alojados na Síria utilizam massivamente

a Internet e, principalmente, as mídias sociais para criar os efeitos desejados, a exemplo do que ocorre também no Afeganistão e no Iraque. Para Nissem (2014), essas ações são projetadas para apoiar as atividades cinéticas do Estado Islâmico e incluem coleta de dados de inteligência, seleção de alvos, propaganda, recrutamento e captação de recursos, através da disseminação de histórias interligadas por palavras e imagens que apoiam uma narrativa unificada.

Essa narrativa constitui a *comunicação estratégica* dessa organização perante suas audiências, que se baseia na noção de “multiplicação de forças”, através do uso de mídias sociais para fazer o Estado Islâmico parecer mais poderoso do que realmente é. Parte disso é feita para criar um grande volume “chamativo” de mensagens *online* para garantir a visibilidade entre os públicos-alvo, bem como obter atenção de audiências de massa na exposição de propaganda emitida por esse grupo terrorista. Daí a importância dada pelo Estado Islâmico à contrastante disseminação de vídeos chocantes de decapitação, incineração, execução em massa e, por vezes, de entrega de alimentos para a população nos locais de combate, apelando para o sensacionalismo e, ao mesmo tempo, tentando aterrorizar e demonstrar poder.

Ao estudar o uso das mídias sociais, Nissem (2014) estabelece que o Estado Islâmico se baseia em uma abordagem *top-down*, podendo identificar quatro níveis de disseminação *online*. Esses quatro níveis usam uma narrativa estratégica centralizada como estrutura de direção e orientação para o uso de imagens e mensagens nas diferentes plataformas de mídia social que apoiam suas atividades de propaganda.

O elemento de nível superior consiste na própria conta de mídia social do Estado Islâmico, em que os dados são carregados de maneira centralizada. O segundo nível consiste em contas regionais ou provinciais que postam relatórios ao vivo de avisos e mensagens localizadas (palavras e imagens). O terceiro nível consiste em combatentes individuais que postam em suas contas pessoais atualizações acerca de suas experiências no dia a dia ou em combate. São mais emocio-

nais e, portanto, atraem, por exemplo, jovens recrutas em potencial. O quarto nível está praticamente fora do controle da gestão do Estado Islâmico e consiste em simpatizantes e apoiadores (os disseminadores), efetuando postagens de “viralização” de produtos.

Podemos inferir, portanto, que o conteúdo é inicialmente muito coordenado, mas, à medida que avança verticalmente para baixo ou é “repassado”, “republificado” ou adaptado às circunstâncias e redes locais, tal conteúdo eventualmente se modifica. Isso resulta em alguma perda de controle da mensagem e, portanto, da narrativa.

Ainda em termos de *comunicação estratégica*, a criação do califado que marca o retorno à versão original do Islã, incluindo a introdução da lei da Sharia¹², é essencial para o Estado Islâmico manter a vontade de lutar, a coesão e a fidelidade do seu “público interno”. Para Nissem (2014), a restauração de um califado é um dever religioso, assim como as leis draconianas e o terrorismo cruel praticado pelo Estado Islâmico. Observa-se que as regras uníssonas da Sharia constituem a base para a *comunicação estratégica* daquele ator.

Assim sendo, observando o discurso e as mensagens associadas, verificamos que os objetivos estratégicos do Estado Islâmico em sua campanha informativa na Síria são: obter atenção e visibilidade de suas mensagens; controlar a narrativa no âmbito regional; contrapor-se ao Ocidente, ao exército sírio e aos jihadistas rivais, bem como dissuadi-los e intimidá-los; recrutar novos membros e apoiadores e captar recursos financeiros.

Ucrânia

Segundo Jagello 2000 (2015), no conflito da Ucrânia, o principal papel na consecução dos objetivos militares russos foi desempenhado por meios não cinéticos, como operações psicológicas e propaganda, sanções econômicas, embargos, atividades criminosas e outras atividades subversivas de natureza semelhante. As operações militares russas foram conduzidas em segredo por forças irregulares, combinando métodos de operações de combate convencionais e

assimétricos contra toda a sociedade e, em particular, contra suas estruturas políticas, organismos governamentais, economia do Estado, o moral da população e contra as Forças Armadas, no mais amplo conceito de guerra híbrida.

Na Ucrânia, o emprego de meios cinéticos russos foi dirigido da maneira mais velada possível, sobretudo na anexação da Crimeia, episódio que, segundo Rác (2016), contribuiu para o resultado do conjunto de ações coordenadas de maneira eficiente das Forças Armadas russas, grupos pró-separatistas russos locais, bem como da mídia e da diplomacia russas, evidentemente sempre negado por Moscou.

Este autor estabelece o ambiente informacional ocorrido no conflito em três fases. A primeira abrangeu a própria política externa e diplomacia russa frente à Ucrânia, articulando a dependência e a fragilidade dos campos do poder desse país perante a poderosa Rússia.

Numa segunda fase, ocorreu a “violência armada aberta e organizada”. Manifestantes em trajes civis e tropas não identificadas, usando uniformes russos e alta tecnologia, armas, veículos e equipamentos, surgiram repentinamente e começaram a montar barricadas e postos de controle, bloqueando os portões de unidades das Forças Armadas e da polícia ucraniana. Paralelamente a essas ações, esses grupos assumiram órgãos de administração pública, edifícios de meios de comunicação e infraestrutura civis, estações de televisão e rádio, bem como torres de transmissão, permitindo que os “manifestantes” suprimissem canais de mídia, colocando-os fora do ar e substituindo-os por canais russos. Tanto esses grupos em trajes civis, quanto as tropas uniformizadas, posteriormente chamadas de “educados homens de verde”, sempre alegaram tratar-se de manifestantes locais insatisfeitos com o governo central de Kiev. O discurso das mídias oficiais russas sempre se referiu a eles, e ainda o faz, como “oposição” ou “resistência”.

A terceira fase foi chamada de *estratégia de estabilização*, para consolidar os efeitos alcançados e tomar medidas para legitimar as ações até então ocorridas,

como, por exemplo, o já mencionado contraditório referendo na Crimeia.

O modo pelo qual a Rússia liderou esse conflito foi potencializado pelo crescimento de redes sociais, fato que expandiu a gama de ferramentas que poderiam ser utilizadas no desenvolvimento da guerra híbrida, no escopo da desinformação e da manipulação, sem que o usuário violasse as leis vigentes. Para isso, as forças russas criaram *bots* ou *robotrolling* (*softwares* concebidos para simular ações humanas repetidas vezes de maneira padrão), inserindo-os nas redes sociais para influenciar áreas de interesse russo no âmbito informacional (SPALKOVÁ, 2019).

O Centro de Excelência de Comunicação Estratégica da OTAN (*NATO StratCom COE*), organismo vocacionado para o estudo e para o desenvolvimento da Comunicação Estratégica da Aliança, analisou as atividades de manipulação do ambiente informacional, particularmente envolvendo as mídias sociais, durante a crise da Ucrânia, na qual a Rússia procurava influenciar seus adversários. Tal experimento foi ao encontro das definições doutrinárias de guerra híbrida aqui abordadas.

Segundo Bay e Fredheim (2019), no centro dessa análise, descobriu-se um mercado florescente, dominado por provedores de serviços de manipulação, os chamados *Manipulation Service Providers (MSPs)*, com base na Rússia. Observou-se que praticamente todos os principais fornecedores de *software* e infraestrutura de manipulação identificados eram de origem russa. Os compradores eram indivíduos, empresas e atores de nível estatal. Normalmente, esses provedores de serviços vendiam os acessos interativos de mídias sociais na forma de comentários, cliques, curtidas e compartilhamentos.

A fim de atestar a manipulação desenvolvida pelo governo russo junto às mídias sociais na Ucrânia, Bay e Fredheim (2019) realizaram uma pesquisa de campo na forma de um experimento com 5 *MSPs* russos, pagando um total de 10 euros para cada fornecedor de serviço, a fim de contratar “likes”, “comentários”, “visualizações” e “seguidores” de 4 mídias sociais, com o seguinte resultado:

– *Youtube*: 781 *likes*, 153 comentários, 3.267 visualizações, 458 seguidores;

– *Facebook*: 1.204 *likes*, 131 comentários, 11.627 visualizações, 990 seguidores;

– *Twitter*: 2.173 *likes*, 119 comentários, 4.397 visualizações, 2.439 seguidores;

– *Instagram*: 4.000 *likes*, 212 comentários, 13.158 visualizações, 3.846 seguidores.

Verifica-se, dessa forma, a facilidade e o baixo custo para criar uma isca capaz de simular um grande volume de atitudes a serem seguidas ou aparentes ações de legitimidade para atrair comportamentos desejáveis por parte das verdadeiras audiências-alvo.

Na guerra informacional, a missão dos *trolls* é de externar as ideias-força da comunicação ideológica específica emanadas pela “força atacante”. No contexto da crise na Ucrânia, o objetivo dos *trolls* híbridos foi promover os interesses e a propaganda do Kremlin e retratar a Rússia como uma força positiva contra o “Oeste podre” e a hegemonia dos EUA.

A propagação da desinformação e da propaganda veiculada pelos órgãos de TV e rádio também foram ferramentas que ajudaram a Rússia a anexar a península da Crimeia, em março de 2014. Enquanto a ocupação era realizada fisicamente por forças militares, conforme já mencionado, a invasão começou “nas mentes” dos crimeus. A invasão do território ucraniano e a anexação da Crimeia foram realizadas com uma campanha de propaganda da mídia estatal russa, como “*Russia 24*”, “*NTV*”, “*Channel One (ORT)*” e “*Russia-1*”, todos amplamente populares na península na época. Enquanto muitos ucranianos protestavam contra a corrupção e as políticas opressivas antiocidentais do regime em Kiev, uma narrativa muito diferente foi transmitida aos crimeus sobre esses eventos. Tais narrativas levaram as pessoas na Crimeia a acreditar que suas vidas e liberdades estavam ameaçadas por seus concidadãos em Kiev. Como resultado, quando os militares russos vieram oferecer proteção, muitos aceitaram com prazer, justificando-a com a etnia pertencente à cultura russa (SUMMERS, 2017).

Para Jagello 2000 (2015), a Rússia também utilizou (e utiliza) a chamada “nova propaganda”, que não busca convencer o destinatário, mas ofuscar o que é verdade e em que o destinatário pode confiar. A fim de obter o apoio irrestrito da população russa, o governo usou uma ampla variedade de canais de mídia, particularmente a televisão estatal, juntamente com os jornais “*Russia Today*”, “*Voice of Russia*”, “*Sputnik*”, “*Press Agency ITAR-TASS*” e “*Agency RIA Novosti*”, que, em suas coberturas na Ucrânia, influenciaram significativamente a opinião pública local.

De fato, o cerne da *comunicação estratégica* russa na Ucrânia estava centrado na exaltação à Rússia e na deturpação de seus oponentes em prol dos interesses russos. Spruds *et al.* (2016) estabelecem ideias-força que delinearão a narrativa russa contra a Ucrânia, tanto nos episódios das manifestações em Kiev, quanto na anexação da Crimeia:

Extremistas neonazistas destituíram um presidente eleito democraticamente no golpe de *Maidan* em fevereiro [2014]. A Rússia, consciente de que a nova “junta” ucraniana planejava genocídio no Leste, não teve escolha a não ser proteger os “separatistas” étnicos russos, que espontaneamente estavam montando uma revolta contra *Maidan*.

A Crimeia, com a população de maioria russa, estava em maior risco, então as forças russas tiveram que entrar e aceitar a vontade popular da Crimeia a ser anexada.

A Rússia também não pode impedir que voluntários patrióticos e oficiais de inteligência militar atravessem a fronteira entre a Rússia e a Ucrânia (com seus pesados equipamentos militares) para socorrer seus irmãos do “mundo russo” em “guerra civil” contra extremistas ucranianos. Durante todo o tempo, a Rússia tem sido uma espectadora inocente, torcendo pela paz, com pouco controle sobre seus aliados separatistas. (SPRUDS *et al.*, 2016, p. 17. Tradução nossa)

Por fim, durante a estabilização do conflito, após a anexação da Crimeia e visando sufocar o pensamento de aproximação ao lado ocidental, por parte da Ucrânia, o governo russo elencou, a fim de atingir o seu estado final desejado, conjuntos de narrativas determinantes, como principais direcionamentos para sua propaganda, conforme o **quadro 1** (KELLY e PAUL, 2020):

Contexto	Narrativa utilizada
1. Anexação da Crimeia	a. Essas terras historicamente pertenciam à Rússia.
	b. A aquisição da Crimeia pela Ucrânia em 1954 foi um erro histórico.
	c. Campanha <i>KrymNash</i> (“A Crimeia é nossa”).
	d. A população étnica russa e todos os que falam russo residentes na Crimeia sofrem grave ameaça ultranacionalista.
	e. De modo algum a Rússia esteve envolvida em eventos na Crimeia.
	f. O referendo foi iniciado e realizado pelo povo da Crimeia.
	g. Os soldados da Crimeia voluntariamente depuseram suas armas e pronunciaram a sua lealdade à Rússia.
2. Manifestações na Euromaidan	a. O Ocidente orquestrou a revolta.
	b. A maioria dos manifestantes era violenta e “anti-Rússia”.
	c. O presidente <i>Yanukovych</i> fugiu como resultado de um violento golpe de estado contra seu governo.
	d. O novo governo da Ucrânia é ilegítimo.
	e. A assinatura do acordo de associação trai o relacionamento histórico da Ucrânia com a Rússia.
	f. A assinatura do acordo de associação tem consequências devastadoras para a Ucrânia.
	g. Com medo de suas vidas, centenas de milhares de russos fugiram da Ucrânia.
	h. A revolução de <i>Maidan</i> é fascista, nacionalista e antissemita.
4. Difamação do “Oeste”	a. Países ocidentais e, especialmente os EUA, são os principais orquestradores dos eventos na Ucrânia.
	b. A expansão da OTAN e a limitação das capacidades da Rússia são as principais motivações para as ações da UE, dos EUA, do Canadá e da Austrália.
	c. Os EUA estão pressionando os europeus para continuar as políticas de sanções contra a Rússia.
	d. A imoralidade do mundo ocidental fundamentalmente difere da moralidade do povo russo.
5. Difamação da Ucrânia como Estado e Nação	a. A Ucrânia é um estado economicamente falido.
	b. A Ucrânia é um estado artificial que não existia antes de 1991.
	c. A língua ucraniana não é mais nada do que uma combinação de russo e polonês.
	d. A Ucrânia não tem futuro viável sem subsídios e patrocínio da Rússia.
	e. A população pró-europeia da Ucrânia é descendente ideológica de apoiadores fascistas e nazistas.
6. Enaltecimento da Rússia	a. A história e a tradição russa necessitam de seu próprio caminho trilhado por russos – uma abordagem única dos direitos humanos e de uma trajetória de desenvolvimento.
	b. A queda da União Soviética foi um desastre de proporções globais.
	c. A Rússia constitui o centro dos eslavos e do mundo ortodoxo.
	d. A Rússia é o principal combatente contra o fascismo.
	e. A Rússia defende a verdade, é contra a dominação e a hegemonia do mundo pelos Estados Unidos.
	f. A Rússia não ficará de joelhos e reunirá forças para resistir às políticas gananciosas e egoístas do Oeste.

Quadro1 – Narrativas russas utilizadas no conflito da Ucrânia

Fonte: KELLY e PAUL, 2020 (adaptado pelo autor)

Conclusão

Características como vulnerabilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade constituem importantes elementos presentes no ambiente operacional dos conflitos contemporâneos. O estudo de tais conflitos nos remete a uma gama variada de *stakeholders*, com seus interesses específicos, procedimentos operativos, assimetrias e meios tecnológicos que dificultam enormemente a visualização do diagrama de relações desse ambiente.

No estudo do conflito do Afeganistão, verificamos que a ISAF reuniu um esforço contínuo para, juntamente com o governo afegão, conquistar o apoio da população e combater a coerção e a intimidação da Al-Qaeda e do Talibã, priorizando esforços em cinco atores principais nesse conflito: a população, o governo afegão, a insurgência, os agentes externos e a própria ISAF. Nesse contexto, podemos inferir que a população constituiu o centro de gravidade¹³ no ambiente informacional e sobre a qual foram direcionadas as ideias centrais da *comunicação estratégica* e os principais esforços dos produtos de propaganda.

As diretrizes gerais de comunicação estratégica emitidas pela ISAF em nível estratégico deram origem à execução de uma narrativa unificada, perfeitamente adotada pelos demais níveis de planejamento. Por fim, os efeitos dessa comunicação consolidada e dos produtos de propaganda orquestrados foram devidamente absorvidos pelos públicos-alvo no teatro de operações, colaborando com o atingimento dos objetivos militares elencados pela ISAF.

Assim, a atuação no espaço informacional, por meio da execução de uma *comunicação estratégica* bem projetada, agregadora, consistente e coordenadamente implementada, aumentou a segurança das ações da ISAF na OTAN, estabeleceu relações de confiança entre as principais partes envolvidas no conflito (tropa, governo afegão e população), gerando apoio para busca da reconciliação nacional e auxiliando a combater os efeitos negativos de mídias hostis direcionadas pelos insurgentes. Do exposto, podemos concluir que essas atitudes no ambiente informacional foram efetivas no aumento do poder de combate da ISAF, colaboran-

do decisivamente para o sucesso dos movimentos dos meios cinéticos no terreno e facilitando, até mesmo, a execução da fase de estabilização na operação.

Na Síria, ao contrário do teatro de operações do Afeganistão, onde a ISAF construiu sua narrativa e seus produtos de propaganda com viés mais construtivo, houve o exercício de uma verdadeira rede de distorções e de desinformação no jogo da batalha informacional, sobressaindo-se duas narrativas opostas entre os grupos de atores rivais, cada qual trabalhando a manipulação do campo informacional a favor de seus interesses, ora pendendo para a “atrocidade”, ora para a “salvação”.

Na “narrativa da atrocidade”, a informação capitaneada pelos EUA e seus aliados chegava em larga escala para a comunidade internacional, atingindo, portanto, uma audiência mais ampla. A Síria, apoiada pela Rússia, produzia sua defesa, justificando as ações por intermédio da “narrativa da salvação”, que, evidentemente, atingia uma audiência menor, não alcançando grande parte das audiências ocidentais. Verifica-se, dessa forma, que os objetivos no campo informacional são conquistados quando se direciona a informação (ou desinformação) com sucesso ao mais amplo público-alvo possível.

A estratégia da negação, exercida pelas forças sírias e russas, serviu de aprendizado quando esses atores enfrentavam acusações e decidiam negar ou manter o silêncio, ao perceber que a narrativa acusadora tinha baixo perfil de atingimento de audiências e, por isso, não valia a pena o risco de articular uma resposta.

Podemos, ainda, colher ensinamentos, por meio do estudo das ações dos grupos terroristas no campo informacional, tanto na Síria, quanto no Afeganistão, quando verificamos o foco dirigido por parte desses grupos para obter apoio das populações locais e recrutar indivíduos. As propagandas dos radicalistas islâmicos agiam por meio da exposição de temáticas metafísicas que exprimiam desejos do público-alvo, como a religiosidade, a fé e a busca de melhores condições de vida, mas, ao mesmo tempo, faziam questão de mostrar a coerção, para os casos de desobediência. Nota-se que a propaganda, valendo-se das mídias sociais, foi amplamente utilizada por esses grupos terroristas, sobretudo em nível tático, e alcançaram resultados satisfatórios na

obtenção de seus objetivos no campo informacional, valorizando o poder de combate desses atores.

Por outro lado, não seria adequado afirmar que o Estado Islâmico e outros grupos terroristas articulavam a *comunicação estratégica* e a *propaganda* somente nesse nível. Serve de ensinamento e de incentivo ao estudo a articulação *top-down* na dimensão informacional, de modo que os níveis mais elevados de planejamento acompanhem, de maneira compartilhada, simultânea e de modo simbiótico, o trabalho dos níveis mais baixos. Quanto mais próximos estiverem esses níveis de planejamentos articulados, ocorrerão menores perdas no controle de narrativa e mais firme será a *comunicação estratégica*.

No conflito da Ucrânia, mais especificamente no caso da anexação da Crimeia, podemos perceber a ocorrência de operações militares russas conduzidas em segredo por forças irregulares, combinando métodos de operações de combate convencionais e assimétricos. Evidentemente, como toda essa articulação foi negada por Moscou, verificamos aqui, também, a exemplo do ocorrido na Síria, a presença da estratégia da negação.

Demonizando o governo ucraniano aos olhos da população russa e sublinhando as diferenças entre o Ocidente e a Rússia, as células de operações de informação russas, por meio de controlados órgãos de mídia e redes sociais fortemente manipuladas, despertaram sentimentos patrióticos e mobilizaram a população de etnia russa na busca de apoio à política da Rússia e legitimaram o papel do país na crise ucraniana, principalmente na Crimeia.

Para tal, a Rússia já vinha inserindo as temáticas da guerra informacional na sua política externa e na diplomacia frente à Ucrânia, percebidas aqui como a primeira fase das ações. Em uma segunda fase, ocorreram as ações operativas com elementos cinéticos e não cinéticos, até adentrar na fase final, em que a desinformação e a propaganda puderam também consolidar e “legitimar” a estabilização, potencializada pelo emprego de manipulação massiva das redes sociais e dos órgãos de comunicação. Ademais, esse tipo de manipulação, muito bem orquestrada pelas forças russas, seguindo a linha de narrativas unificadas, poderia servir de complemento e cobertura a inúmeras ações cinéticas, a tal

ponto que esse tratamento no ambiente informacional colaborou indubitavelmente para o aumento do poder de combate russo no conflito.

De modo comum, nos três conflitos estudados, identifica-se a população local como centro de gravidade. Isso não implica que devemos engessar o estudo desse elemento da arte operacional sempre calcado na população. Como ensinamento colhido, no entanto, salientamos que os planejadores militares não podem negligenciar a análise do comportamento das populações nas operações militares, sobretudo no seio da dimensão informacional.

A título de lições aprendidas para a doutrina militar, tomando por base o conflito do Afeganistão, serve de ensinamento a emissão de diretrizes gerais de *StratCom* da ISAF em nível estratégico. Tais diretrizes definiram um balizamento para a narrativa unificada na operação, perfeitamente seguida pelos demais níveis de planejamento. Uma vez recebida essa *comunicação estratégica* direcionada, cabe aos planejadores dos níveis abaixo traduzi-la, por exemplo, sob a forma de regras de engajamento e de intenções dos comandantes nos sucessivos níveis. Dessa maneira, o pensamento preconizado no ambiente informacional dos níveis mais elevados da operação é capaz de chegar até a “ponta da linha”, junto aos “*the boots on the ground*” com efetividade.

No Brasil, o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), no Ministério da Defesa, contempla, em seu organograma, a Chefia de Assuntos Estratégicos (CAE). Como sugestão, essa chefia poderia ser a responsável pela emissão das diretrizes de *comunicação estratégica* nesse nível, a fim de subsidiar um eventual comando conjunto ativado nos casos de conflitos armados.

Cabe ainda salientar que o tema *comunicação estratégica* deve receber tratamento específico nos cursos de altos estudos, para que futuros oficiais de estado-maior possam assumir com segurança a liderança na gestão de uma campanha de comunicação nos mais elevados níveis. Nesse contexto, qualquer definição de *comunicação estratégica na doutrina militar* deveria incluir os seguintes termos: coordenação, planejamento de médio e longo prazos, objetivos claros e mensuráveis, informar, influenciar e persuadir, públicos globais, informações verdadeiras e avaliação de resultados.

Sintetizando, conclui-se que esse ambiente de “novas guerras” exigirá muito mais gerenciamento da informação e aplicação da *comunicação estratégica*. E o inimigo, nesses conflitos, nunca será agrupado ou visível, mas permanecerá fragmentado e oculto em novas trincheiras: a população e os novos meios de comunicação aqui tratados. Por isso, torna-se essencial contar

com todos os veículos (meios) disponíveis no ambiente informacional como suportes para articular consenso interno necessário para tomada de decisão. A *comunicação estratégica* ajudará a alcançar a legitimidade do exercício para a adoção de operações militares, e a *propaganda* poderá colaborar para induzir as audiências-alvo a nosso favor. 

Referências

ABRUNHOSA, Homero Gomes. **A União Europeia e a Crise na Ucrânia**. Trabalho de Conclusão de Curso, Rio de Janeiro: ECEME, 2017.

ARTEAGA, F.; JORDÁN J.; POZO P.; GUINDO M. G. **Terrorismo, contrainsurgencia y opinión pública**. Terrorismo sin fronteras. Actores escenarios y respuestas en un mundo global. Cizur Menor: Aranzadi Thomson Reuters, 2010.

BATISTA, Luís Alves; CAMILO, Ricardo Manuel dos Santos; BESSA, Ricardo Jorge Amaral; PEREIRA, Ricardo Alves. **O Atual Grande Médio Oriente em Turbulência**: os Estados do Far Abroad envolvidos. Trabalho de Aplicação de Grupo – Curso de Estado-Maior Conjunto, Lisboa: Instituto Universitário Militar, 2016.

BAY, Sebastian; FREDHEIM, Rolf. **Falling Behind**: How Social Media are Failing to Combat Inauthentic Behavior Online. NATO STRATCOM COE, nov 2019: 32.

BBC NEWS. **President Assad to BBC News**: We are defending civilians and making dialogue. BBC NEWS. 10 fev 2016. <http://sana.sy/en/?p=28047>. Acesso em: 11 abr 2020).

BRASIL. Manual de Campanha C 45-4, **Operações Psicológicas**. 3. ed. Brasília: EGGCF, 1999.

BRASIL. Manual de Campanha EB 70-MC-10.211, **Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres (PPCOT)**. 2. ed. Brasília: EGGCF, 2020.

BRASIL. Manual de Campanha EB 20-MC-10.213, **Operações de Informação**. 1. ed. Brasília: EGGCF, 2014b.

BRASIL. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Ministério da Defesa. Brasília, 2012.

CONDÉ, Leonardo Pires. **O combate ao terrorismo empreendido pelos EUA nas Guerras do Iraque (2003) e do Afeganistão (2001) e as possíveis implicações para a doutrina militar**. Trabalho de Conclusão de Curso. Rio de Janeiro: ECEME, 2017.

CZUPERSKI, Maksymilian; ITANI, Faysal; NIMMO, Ben; HIGGINS, Eliot; BEALS, Emma. **Breaking Aleppo**. The Atlantic Council of the United States, fev 2017: 70.

DIAS, Vanda Amaro. **As Dimensões Interna e Internacional da Crise da Ucrânia**. Scielo Portugal. Relações Internacionais, mar 2015: 45-55.

EUROPEAN COMMISSION. **European Commission contribution to the European Council**. Action Plan against Disinformation. Joint Communication to the European Parliament, Brussels: European Commission, 2018.

FREIRE, Maria Raquel. **Relações UE-Ucrânia**: a complexa gestão de objetivos, motivações e expectativas. Working Paper, Lisboa: Núcleo de Relações Internacionais, FEUC e IPRI-UNL, 2008.

GUEDES, Armando Marques. **Proxy Wars**. Academia.edu. fev 2016. https://www.academia.edu/9201902/Proxy_Wars. Acesso em: 27 fev 2020.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. **Taliban Propaganda: Winning the War of Words?** 24 de Julho de 2008. <https://www.crisisgroup.org/asia/south-asia/afghanistan/taliban-propaganda-winning-war-words>. Acesso em: 30 mar 2020.

JAGELLO 2000. **Hybrid warfare: A new phenomenon in Europe's security environment**. Jagello 2000 for NATO Information Centre in Prague, out 2015: 16.

KELLY, alan; PAUL, Christopher. **Decoding Crimea: Pinpointing the Influence Strategies of Modern Information Warfare**. NATO STRATCOM COE, 2020: 36.

KOVER, Cláudia. **As relações UE-Ucrânia ao abrigo da parceria oriental: a projeção de poder da UE perante a Rússia e a criação de um limite entre dois cosmos**. Tese de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais – área de especialização Estudos Europeus, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2015.

NASSER, Salem Hikmat. **Direito Islâmico e Direito Internacional: os termos de uma relação**. Revista Direito GV, jul-dez 2012: 725-744.

NATO. **NATO/ISAF Strategic communications framework**, 10 feb 2011, Brussels: Media Operations Centre. NATO HQ, 2011.

NATO. MCM-0085 – **Military Concept for NATO Strategic communications**. Brussels: SHAPE. IMS, 2010.

NATO. NATO ISAF COMMANDER. **Comisaf initial assessment**, KABUL: ISAF, 2009, p. 2.3.

NATO. NORTH ATLANTIC TREATRY ORGANIZATION – **A “comprehensive approach” to crises**. 26 jun 2018. https://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_51633.htm. Acesso em: 9 abr 2020.

NATO STRATCOM COE. **Analysis of Russia's Information Campaign Against Ukraine**. NATO STRATCOM COE, set 2014: 4.

NATO. **Countering the Malicious Use of Social Media: The Black Market of Social Media Manipulation**. NATO STRATCOM COE, nov 2018.

NISSEM, Thomas Elkjer. **Terror.com – IS's Social Media Warfare in Syria and Iraq**. Royal Danish Defence College, 2014.

NOVAIS, Paulo Lammardo de. **A Guerra Insurgencial no Afeganistão: ensinamentos para o Exército Brasileiro**. Trabalho de Conclusão de Curso. Rio de Janeiro: ECEME, 2012.

PEREIRA, Carlos Santos. **Dez Anos de Guerra no Afeganistão**. Nação de Defesa, 2011: 216.

PINHO, Alessandro Paiva de. **A Guerra Híbrida e os Reflexos para o Exército Brasileiro**. PADECEME, 2016: 109.

PIRES, Nuno Lemos. **Resposta ao Jihadismo Radical: Políticas e Estratégias para Vencer Grupos como o Al-Qaeda ou o Daesh**. Lisboa: Nexo editora, 2016.

QUINTELLA, Flávio Saraiva. **Os reflexos da atuação do Estado Islâmico nas relações internacionais no Oriente Médio**. Trabalho de Conclusão de Curso, Rio de Janeiro: ECEME, 2017.

RÁCZ, András. **Russia's Hybrid War in Ukraine: Breaking the Enemy's Ability to Resist**. The Finnish Institute of International Affairs – FIIA Report 43, 2016: 104.

RODRÍGUEZ, Felipe Santos. **La Comunicación Estratégica (STRATCOM) en los Conflictos Modernos:** El caso de Afganistán. Revista del Instituto Español de Estudios Estratégicos, 2013: 40.

SARAIVA, Luís; VIEIRA, Rui; CORREIA, João. **Estudos Estratégicos:** da estratégia, do planeamento estratégico militar e da conflitualidade. Vol. 14, Coleção ARES. Lisboa: Instituto Universitário Militar, 2017.

SOUSA NETO, José Ribamar Cândido de. **A queda de Aleppo e a luta pela narrativa dominante no espaço de batalha.** Artigo de Opinião, Rezende: Academia Militar das Agulhas Negras, 2017.

SPALKOVÁ, Veronika. **Influence of Russian Disinformation Operations:** Specifics Examples in Data and Numbers. Kremlin Watch Program, 2019: 17.

SPRUDS, Andris, *et al.* **Internet trolling as a tool of hybrid warfare:** the case of Latvia. StratCom Centre of Excellence, 2016: 106.

SUMMERS, Julia. **Countering Disinformation:** Russia's Infowar in Ukraine. The Henry M. Jackson School of International Studies, University of Washington. 25 out 2017. <https://jsis.washington.edu/news/russia-disinformation-ukraine/>. Acesso em: 12 mar 2020.

VIEIRA, Rui; RODRIGUES, Teresa. **O Conflito da Síria:** as Dinâmicas de Globalização, Diplomacia e Segurança. Cadernos do IESM, set 2014: 66.

WRIGHT, Donald P. **A different kind of war:** the United States Army in operation Enduring Freedom. Fort Leavenworth: Combat Studies Institute Press, 2010.

Notas

- ¹ Guerra híbrida é um conflito em que se utilizam táticas regulares, irregulares, atos criminosos, terrorismo, ataques cibernéticos, pressão econômica e a coerção para quebrar a capacidade do estado-alvo em se defender e assim conseguir atingir os objetivos políticos (PINHO, 2016).
- ² O renomado pesquisador português, professor Marques Guedes, estabelece que as *proxy war* (ou guerra de 'substituição', ou 'por delegação' ou 'procuração') tendem a ser conflitos bélicos instigados por uma potência – por via de regra média-grande, mas podendo não o ser – que nela não participa de maneira direta. Está por isso nele implícita a ideia de que aquilo que está em causa é a 'representação' dos interesses de uma potência por forças exteriores que dela não constituem parcela intrínseca (GUEDES, 2016). Da mesma forma, atores *near abroad* e *far abroad* são aqueles que, geograficamente, estão próximos e longe, respectivamente, da zona de conflito, mas manifestam seus interesses políticos, econômicos, psicossociais, militares etc. naquela região.
- ³ A superioridade de informação é traduzida por uma vantagem operativa derivada da habilidade de coletar, processar, disseminar, explorar e proteger um fluxo ininterrupto de informação aos comandantes em todos os níveis, ao mesmo tempo em que se busca tirar proveito da informação do oponente e/ou negar-lhe essas habilidades. É possuir mais e melhor informação do que o adversário sobre o ambiente operacional. Permite o controle da dimensão informacional por determinado tempo e lugar (BRASIL, 2014b).
- ⁴ O enquadramento conceitual de Comunicação Estratégica presente neste trabalho irá se basear na doutrina consagrada da OTAN. Para a Aliança Atlântica, a *StratCom* (*Strategic Communication*) consiste na utilização coordenada das atividades de comunicação e capacidades da OTAN, em apoio às suas políticas e no cumprimento de seus objetivos (NATO, 2010). Trata-se, portanto, de uma narrativa unificada emitida por um Estado ou por uma entidade, que deverá ser seguida fielmente pelas ações de todos os envolvidos. A combinação das ações, imagens e mensagens, caminhando no mesmo compasso da narrativa irá impedir a ocorrência de *gaps* entre “o que se comunica” e “o que se executa”.
- ⁵ Propaganda é a difusão de qualquer informação, ideia, doutrina ou apelo especial, visando gerar emoções, provocar atitudes, influenciar opiniões ou dirigir o comportamento de indivíduos ou grupos, a fim de beneficiar, direta ou indiretamente, quem a promoveu (BRASIL, 1999).
- ⁶ Em dezembro de 2010, a imolação de um vendedor de rua na Tunísia serviu para inflamar uma população jovem descontente com o seu governo e deu início ao movimento conhecido por Primavera Árabe. Esse movimento estendeu-se pelo Grande Médio Oriente (GMO), repetindo-se os protestos populares por vários países, dando origem a quedas de governos, reformas e guerras civis. Nesse momento, a face mais visível desse movimento é a guerra civil na Síria, que causou milhares de mortos e vagas de refugiados para os países vizinhos e Europa, desestabilizando o GMO e regiões limítrofes (BATISTA *et al.* 2016).

- ⁷ Considera-se uma guerra sectária ou religiosa, por opor forças com matrizes religiosas diferentes, os xiitas do lado do governo e os sunitas do lado da oposição, com o perigo de expansão para países vizinhos (BATISTA *et al.*, 2016).
- ⁸ Sistema de governo de um estado islâmico que combina a liderança política e religiosa na figura do califa. O Estado Islâmico dedicava-se a todo tipo de contrabando, dominando as entradas e saídas do país (Síria) nessa zona. Instituíram um regime fundamentalista islâmico e foram responsáveis pela maior parte dos ataques bombistas nas zonas xiitas, que mataram milhares de pessoas (BATISTA *et al.*, 2016).
- ⁹ A União Econômica Euroasiática (UEE) é um bloco econômico de integração eurasiático formado por iniciativa da Rússia, integrando atualmente a Armênia, a Bielorrússia, o Cazaquistão e o Quirguistão. Tem como principal objetivo alcançar a livre circulação de produtos, serviços, trabalho e capital entre os países-membros.
- ¹⁰ Historicamente, a Península da Crimeia nunca pertenceu de fato à Ucrânia. Passou a ser uma república semiautônoma anexada ao território da Ucrânia só em 1954, quando o então líder soviético Nikita Khrushchev – de origem ucraniana – cedeu-a em caráter amistoso. Após a independência em 1991, a Rússia manteve a base naval de Sebastopol, localizada às margens do mar Negro, único porto estratégico de águas quentes da Rússia, que dá acesso ao Mediterrâneo. Com uma população de cerca de 60% de origem russa, sempre manteve uma forte influência desta através de fatores culturais e linguísticos (ABRUNHOSA, 2017, p. 39).
- ¹¹ O *Urban Dictionary* define um *troll* como um grupo ou pessoa que envia uma mensagem deliberadamente provocativa para um grupo de notícias ou quadro de mensagens com a intenção de causar o máximo de perturbações e argumentos. O *trolling* é definido como a publicação de comentários destrutivos com a intenção de provocar um conflito. Trata-se de um comportamento de viés enganoso ou perturbador no ambiente social na internet (SPRUDS *et al.*, 2016).
- ¹² O direito islâmico, ou *Sharia*, é geralmente entendido como o conjunto das prescrições, regras e mandamentos que se aplicam a todos os aspectos da vida tanto do muçulmano, individualmente, quanto da comunidade dos fiéis (NASSER, 2012).
- ¹³ O centro de gravidade é uma fonte, componente primário de força, poder e resistência física ou moral que confere ao contendor, em última análise, a liberdade de ação para utilizar integralmente seu poder de combate. Sob uma perspectiva ampla, um centro de gravidade pode incluir o conjunto das forças oponentes ou a sua estrutura de comando, a opinião pública, a vontade nacional, líderes políticos e militares ou a estrutura de uma coligação. O centro de gravidade oferece resistência e possibilita o desfecho de golpes físicos ou morais. É um ponto crítico de um sistema, cujo funcionamento é imprescindível à sobrevivência do conjunto (BRASIL, 2020).